



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2023
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 193/2023

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Requerente

Secretaria de Administração e Planejamento

Senhor Prefeito,

Em atenção ao tema em comento, sirvo-me do presente para solicitar autorização para abertura de processo de Despesas, objetivando:

Contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails.

Justificativa: No que tange a presente contratação, faz-se necessária a melhoria e continuidade dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização de serviços para a população, aos servidores públicos e aos contribuintes, enfim, realizar melhorias nos processos de gestão pública que deverão proporcionar melhores recursos na disponibilização do serviço público nos diversos setores da Administração Municipal.

Data: 26/12/2023

ZAQUIEL ROVEDA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente estudo tem por objetivo apontar os fundamentos para **contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO/DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria de Administração e Planejamento

1.2. Referência aos instrumentos de planejamento da Secretaria (Objetivo/Iniciativa)

No que tange a presente contratação, faz-se necessária a melhoria e continuidade dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização de serviços para a população, aos servidores públicos e aos contribuintes, enfim, realizar melhorias nos processos de gestão pública que deverão proporcionar melhores recursos na disponibilização do serviço público nos diversos setores da Administração Municipal.

1.3. Da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto

Para que os serviços atinjam melhores níveis em todos os seguimentos públicos, é imperativa a implementação de uma solução tecnológica integrada e moderna de gestão, composta não só por um sistema informatizado de última geração, mas também por serviços especializados que mantenham em produção/operação esses sistemas em um ambiente tecnológico adequado e de fácil manutenção, contemplando o acompanhamento técnico operacional (serviços de manutenção de sistemas e serviços de suporte técnico aos usuários).

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Da especificação técnica da prestação de serviços

ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
IMPLANTAÇÃO: Instalação, configuração básica e assistência inicial. LICENCIAMENTO: <ul style="list-style-type: none">● Direito de uso;● Hospedagem;● Manutenção;● Melhorias evolutivas;● Suporte e monitoramento. SERVIÇOS: <ol style="list-style-type: none">1. Treinamento Virtual ou presencial, quando necessário, conforme requisição da Administração Pública;2. Desenvolvimento adicional, quando necessário, conforme requisição da Administração Pública;3. Serviço de migração;4. 50 (cinquenta) contas de e - mail.	Mês	12

2.2. Da justificativa da quantidade estimativa

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração.

Considerando o histórico de contratações realizadas pela Administração Pública e efetiva necessidade da contratação, se concluiu que a forma de prestação de serviços deverá ser mensal



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

eis que atende as necessidades da Administração, a qual visa o contínuo aprimoramento das práticas de gestão, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei nº14.133/2021.

3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Os critérios de seleção do fornecedor deverão ser da menor proposta, além disso, deve comprovar que as atividades são compatíveis com o objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social.

3.1. Condições especiais de habilitação da empresa no ramo do objeto em razão de previsão normativa (autorização especial de funcionamento)

Não se aplica.

3.2. Definir necessidade de atestado de capacidade técnica-operacional

Não se aplica.

3.3. Listar condições específicas de habilitação técnica, como necessidade de visita técnica, entre outras

Não se aplica.

4. DEFINIÇÃO DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Das condições da prestação de serviços (prazos, horários, locais)

4.1.1 Serviço de Implantação, Hospedagem e Treinamento

a) Implantação

A solução contempla os programas de computador (softwares) necessários para o seu devido funcionamento nos ambientes de hospedagem (Servidores) oferecidos pela CONTRATADA.

b) Hospedagem

Os serviços de hospedagem devem compreender na colocação física dos arquivos do Portal Web em um Servidor de Rede de alta performance. No mínimo, processador com 2 núcleos, 04 GB de memória RAM, 1000 MB de espaço em disco para armazenamento de conteúdo e no mínimo 100 GB/mês tráfego mensal não acumulativo.

As informações de espaço em disco utilizado e tráfego mensal devem estar visíveis em tempo real através da ferramenta de gestão do conteúdo e as tratativas de hospedagem da solução permanecem sob responsabilidade da CONTRATADA.

Hospedagem de 50 (cinquenta) contas de e-mail

c) Treinamento

O treinamento deve ser realizado conforme solicitação da Administração Pública, sempre que solicitado para melhor aproveitamento no ambiente da CONTRATANTE, posteriormente a CONTRATADA deverá disponibilizar videoaulas relativas as funcionalidades da solução.

4.2 Licenciamento, suporte e manutenção

a) Licenciamento do Portal

O portal é contratado na forma de licença, direito de utilização do sistema já pronto, testado e validado.

b) Suporte

A empresa especializada CONTRATADA deverá prestar serviços de atendimento e suporte aos usuários do Portal, garantindo funcionamento correto e estável do sistema na fase de implantação e pós-implantação, de acordo com os requisitos gerais e funcionais descritos neste



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

documento.

A CONTRATADA deve fornecer ambiente web para abertura e acompanhamento de chamados técnicos (tickets) sendo que o acesso deve ser restrito aos funcionários da Prefeitura. Os chamados técnicos têm o objetivo de solucionar os eventuais problemas e dúvidas encontradas na implantação e pós implantação, por meio da equipe técnica da CONTRATADA.

c) Manutenção

No contrato de manutenção corretiva/adaptativa e evolutiva, para os serviços de manutenção a CONTRATADA deverá dispor, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, técnicos das devidas áreas, para o encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada.

A CONTRATADA deverá atender aos chamados técnicos, de acordo com a exigência estipulada no contrato, após o registro dos mesmos.

A CONTRATADA ainda deverá possuir um sistema de chamados técnicos de forma online (tickets), para que a CONTRATANTE possa entrar em contato com seus técnicos a qualquer momento. É necessário que neste sistema fique armazenado todo o histórico de solicitações e de atendimentos a CONTRATANTE.

d) Atualizações da Ferramenta: Caso a CONTRATADA venha a lançar atualizações de versões e releases das soluções a serem implantadas, a mesma deverá fornecê-las à Prefeitura Municipal garantindo a compatibilidade e correto funcionamento da solução.

4.3 Requisitos do Portal

A solução deve agilizar e facilitar o acesso do internauta (usuário visitante) às informações atualizadas pela Prefeitura, assim como acesso aos serviços online:

Estar de acordo com a lei de acesso à informação, possuindo navegação via teclado, teclas de atalho, contraste no site, aumento de fonte e mapa do site.

Navegação do conteúdo em menus organizados.

Sistema de busca para todo conteúdo do site.

Boas Práticas na Internet: Sistema deve atender exigências estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) na Lei Complementar Federal nº131/2009 (Lei da Transparência da Gestão Fiscal), da Lei Federal nº12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e Lei Federal nº13.470 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público) e demais exigências estabelecidas por lei.

As informações do site devem ser 100% dinâmicas, ou seja, toda informação deve estar em banco de dados para ser gerenciada através da área administrativa do Portal. Desta forma, o administrador do sistema poderá incluir, editar e excluir registros sem a necessidade de ajuda de um profissional técnico. Estas informações devem ser organizadas em menu e submenu.

4.4 Da necessidade de garantias de funcionamento (validade, garantia e assistência técnica)

Não se aplica.

5. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado da presente contratação será realizado, em conformidade com o Artigo 30 do Decreto Municipal nº 040/2023, de 03 de maio de 2023, remetendo ao Departamento de Compras, Licitações, Contratos e Convênios, para análise.

6. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Fiscal do Contrato: Alcione Sgari

Secretário da Pasta: Zaquiel Roveda



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.
IMPLANTAÇÃO: Instalação, configuração básica e assistência inicial. LICENCIAMENTO: <ul style="list-style-type: none">• Direito de uso;• Hospedagem;• Manutenção;• Melhorias evolutivas;• Suporte e monitoramento. SERVIÇOS: <ol style="list-style-type: none">1. Treinamento Virtual ou presencial, quando necessário, conforme requisição da Administração Pública;2. Desenvolvimento adicional, quando necessário, conforme requisição da Administração Pública;3. Serviço de migração;4. 50 (cinquenta) contas de e - mail.	Mês	12

2. DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência da presente contratação deverá ser por 12 (doze) meses, a contar de **1º de janeiro de 2024**, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o serviço contratado tem como objetivo a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

2.1.2 Em caso de prorrogação contratual, poderá ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA-IBGE).

2.1.2.1 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

3.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ATIVIDADE: 2005
CATEGORIA: 339040
RECURSO: 500
RUBRICA: 1955
PROGRAMA DE TRABALHO: 2

3.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. Das condições da prestação de serviços (prazos, horários, locais)

7.1.1 Serviço de Implantação, Hospedagem e Treinamento

a) Implantação

A solução contempla os programas de computador (softwares) necessários para o seu devido funcionamento nos ambientes de hospedagem (Servidores) oferecidos pela CONTRATADA.

b) Hospedagem

Os serviços de hospedagem devem compreender na colocação física dos arquivos do Portal Web em um Servidor de Rede de alta performance. No mínimo, processador com 02 (dois) núcleos, 04 GB de memória RAM, 1000 MB de espaço em disco para armazenamento de conteúdo e no mínimo 100 GB/mês tráfego mensal não acumulativo.

As informações de espaço em disco utilizado e tráfego mensal devem estar visíveis em tempo real através da ferramenta de gestão do conteúdo e as tratativas de hospedagem da solução permanecem sob responsabilidade da CONTRATADA.

Hospedagem de 50 (cinquenta) contas de e-mail

c) Treinamento

O treinamento deve ser realizado conforme solicitação da Administração Pública, sempre que solicitado para melhor aproveitamento no ambiente da CONTRATANTE, posteriormente a CONTRATADA deverá disponibilizar videoaulas relativas as funcionalidades da solução.

7.2 Licenciamento, suporte e manutenção

a) Licenciamento do Portal

O portal é contratado na forma de licença, direito de utilização do sistema já pronto, testado e validado.

b) Suporte

A empresa especializada CONTRATADA deverá prestar serviços de atendimento e suporte aos usuários do Portal, garantindo funcionamento correto e estável do sistema na fase de implantação e pós-implantação, de acordo com os requisitos gerais e funcionais descritos neste documento.

A CONTRATADA deve fornecer ambiente web para abertura e acompanhamento de chamados técnicos (tickets) sendo que o acesso deve ser restrito aos funcionários da Prefeitura. Os chamados técnicos têm o objetivo de solucionar os eventuais problemas e dúvidas encontradas na implantação e pós implantação, por meio da equipe técnica da CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

c) Manutenção

No contrato de manutenção corretiva/adaptativa e evolutiva, para os serviços de manutenção a CONTRATADA deverá dispor, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, técnicos das devidas áreas, para o encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada.

A CONTRATADA deverá atender aos chamados técnicos, de acordo com a exigência estipulada no contrato, após o registro dos mesmos.

A CONTRATADA ainda deverá possuir um sistema de chamados técnicos de forma online (tickets), para que a CONTRATANTE possa entrar em contato com seus técnicos a qualquer momento. É necessário que neste sistema fique armazenado todo o histórico de solicitações e de atendimentos a CONTRATANTE.

d) Atualizações da Ferramenta: Caso a CONTRATADA venha a lançar atualizações de versões e releases das soluções a serem implantadas, a mesma deverá fornecê-las à Prefeitura Municipal garantindo a compatibilidade e correto funcionamento da solução.

7.3 Requisitos do Portal

A solução deve agilizar e facilitar o acesso do internauta (usuário visitante) às informações atualizadas pela Prefeitura, assim como acesso aos serviços online:

Estar de acordo com a lei de acesso à informação, possuindo navegação via teclado, teclas de atalho, contraste no site, aumento de fonte e mapa do site.

Navegação do conteúdo em menus organizados.

Sistema de busca para todo conteúdo do site.

Boas Práticas na Internet: Sistema deve atender exigências estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) na Lei Complementar Federal nº131/2009 (Lei da Transparência da Gestão Fiscal), da Lei Federal nº12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e Lei Federal nº13.470 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público) e demais exigências estabelecidas por lei.

As informações do site devem ser 100% dinâmicas, ou seja, toda informação deve estar em banco de dados para ser gerenciada através da área administrativa do Portal. Desta forma, o administrador do sistema poderá incluir, editar e excluir registros sem a necessidade de ajuda de um profissional técnico. Estas informações devem ser organizadas em menu e submenu.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. DO PAGAMENTO

9.1 A CONTRATADA deverá entregar nota fiscal e/ou fatura correspondente prestação dos serviços mensalmente.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

9.1.1 O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente e emissão da Nota Fiscal correspondente a prestação do objeto e de acordo com as especificações do objeto desta licitação.

9.1.2 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

9.1.3 As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação.

9.1.4 Os DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA CONTRATADA (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.

9.1.5 Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da CONTRATADA.

9.1.6 Para pagamento da nota fiscal ou da fatura, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, através da apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e as Certidões Negativas de Débito (CND) da Fazenda Estadual e Municipal da sede ou domicílio da CONTRATADA.

9.1.7 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

9.1.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente qualquer obrigação, sem que isso gere direito de reajustamento de preços, correção monetária ou encargos moratórios.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADOS

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo administrativo de Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Controladoria Geral da União, através da Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

b) A consulta será realizada através do link: <https://certidoes.cgu.gov.br>

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do Artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor poderá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO

Estado do Rio Grande do Sul

10.9 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor detentor da menor proposta, comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.10.1 Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa Individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota (01): os documentos das alíneas “a” e “b” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.10.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade; compatível com o objeto do Edital;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) e deve abranger inclusive as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº8.212/1991;

f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

10.2.3 Qualificação Econômica - Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Trata-se de processo que objetiva a **contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails**, conforme documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Em conformidade com o Artigo 30, inciso II, do Decreto Municipal nº 040/2023, de 03 de maio de 2023, e legislação federal vigente (Lei Federal nº 14.133/2021), analisou-se a junção da comprovação do preço praticado no mercado, conforme proposta apresentada pela proponente e através das contratações similares ao objeto ora pretendido.

O parâmetro escolhido pela Administração Municipal para fins de determinação de preço, levou em consideração a peculiaridade do objeto, respeitando os princípios da economicidade e da transparência.

Além disso, se atestou que o valor está em total consonância com os praticados no mercado, considerando a análise de contratação similar realizada pela Administração Pública (conforme comprovação anexa).

Por fim, se verificou que o orçamento não foi obtido com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data da solicitação.

Conforme documentação constante, o fornecedor **VISAOI SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº08.310.227/0001-45, apresentou a proposta no valor mensal de **R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)**, comprovando no processo que se trata de valor praticado no mercado.

O fornecedor/prestador acima foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou todas as documentações referentes a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

Conforme redações supramencionadas foi possível se constatar que os valores estimados das contratações atendem legalmente todos os limites abordados pela legislação vigente acerca dos objetos ora pretendidos.

Doutor Ricardo - RS, 26 de dezembro de 2023.

Departamento de Compras, Licitações, Contratos e Convênios
Portaria nº 091/2023



PARECER JURÍDICO CONTRATAÇÃO DIRETA

Ref.: Processo de Contratação por Dispensa de Licitação nº 193/2023

1. Trata-se de processo de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, adotada pela municipalidade através do édito do Decreto Municipal nº040/2023, de 03 de maio de 2023.

2. A contratação pretendida está embasada na motivação constante no pleito da Secretaria de Administração e Planejamento, conforme justificativa apresentada anexa.

3. Resumidamente, a contratação diz respeito a **contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails**, cuja motivação da contratação versa sobre a necessidade de *“melhoria e continuidade dos processos atuais de trabalho relativos ao acompanhamento, atendimento e disponibilização de serviços para a população, aos servidores públicos e aos contribuintes, enfim, realizar melhorias nos processos de gestão pública que deverão proporcionar melhores recursos na disponibilização do serviço público nos diversos setores da Administração Municipal.”*

4. O presente feito segue instruído com os seguintes documentos: Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e cotação de preços anexados a presente demanda.

5. É o breve relatório.

6. Vieram os autos para exame e parecer.

7. Com efeito, nos termos do Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal da República, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

8. No que tange à contratação pretendida, a Lei Federal nº14.133/2021 prevê a hipótese de dispensa de licitação, consoante dispõe o Artigo 75, inciso II. Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

9. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Artigo 75, inciso II, da mesma Lei de Licitações.

10. No presente caso, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor diminuto. Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei.



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

11. Considerando, ainda, que o Decreto Federal nº11.317/22 atualizou os valores estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21, modificando o valor previsto no Art. 75, inciso II para R\$57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

12. Ao verificar os dados acima, infere-se que o valor mensal de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), totalizando o valor anual de R\$ 8.280,00 (oito mil e duzentos e oitenta reais), se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

13. Consta nos autos documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar e termo de referência, que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no Artigo 72, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021.

14. Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no Artigo 23 da Lei Federal nº14.133/2021 (Artigo 72, inciso II) e Decreto Municipal nº040/2023, estando este, por conseguinte, justificado (Artigo 72, inciso VII).

15. Os documentos emitidos pela área contábil (Previsão de Dotação Orçamentária), demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (Artigo 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado atinentes a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (Artigo 72, inciso V).

16. Além disso, vislumbra-se do restante da documentação colacionada, que foram apresentados todos os documentos necessários. Respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

17. A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja, o critério valorativo do serviço a ser contratado, atendimentos aos requisitos exigidos no Termo de Referência, estando assim atendido o pressuposto do Artigo 72, inciso VI, da Lei Federal nº14.133/2021.

18. Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021.

19. Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do Artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Doutor Ricardo - RS, 26 de dezembro de 2023.

Sebastião Lopes Rosa da Silveira
Assessor Jurídico
OAB/RS 25.753



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO (ARTIGO 75)

Nos termos do Artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, acolho o parecer exarado no Processo Administrativo nº 259/2023, e ratifico a Dispensa de Licitação nº 193/2023, para a contratação da empresa **VISAOI SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.310.227/0001-45, **para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails**, no valor mensal de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), totalizando o valor anual de R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais), podendo ser prorrogada, na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Doutor Ricardo - RS, 26 de dezembro de 2023.

ALVARO JOSE GIACOBBO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO
Estado do Rio Grande do Sul

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 259/2023
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 193/2023

OBJETO: Contratação de empresa para licenciar e prestar manutenção ao Portal Web do Executivo Municipal (site do município), bem como serviço básico de 50 (cinquenta) contas de e-mails.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 1º de janeiro de 2024 até a data de 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogada, na forma dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

CONTRATADA: VISAOI SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.310.227/0001-45.

VALOR MENSAL: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA: 26 de dezembro de 2023.

ALVARO JOSE GIACOBBO
Prefeito Municipal